

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017

PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
CNPJ: 61.287.546/0001-60



Recordando o nascimento de seu fundador, padre Tiago Alberione (04 de abril de 1884, São Lourenço de Fossano, Itália), a Pia Sociedade de São Paulo (PAULUS) publica os resultados de sua atuação, no Brasil, em 2017. Com fundação em 20 de agosto 1914 (Alba, Itália) e em 20 de agosto de 1931 (São Paulo, Brasil) a PAULUS acredita que bons conteúdos transformam e ajudam as pessoas a revelarem aquilo que têm de melhor. Por isso, a PAULUS também assume o compromisso de comunicar conteúdos e realizar ações que contribuam com a formação moral, intelectual, ética e religiosa do ser humano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

ATIVO	Notas	2017			2016			PASSIVO	Notas	2017			2016			
		Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total			Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total	
Circulante								Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	3	765.989	390.371	1.156.360	600.766	173.628	774.394	Emprestimos e financiamentos	9	-	-	-	1.808	-	-	1.808
Títulos e valores mobiliários	4	150.723.386	-	150.723.386	135.422.062	-	135.422.062	Forneceedores	10	4.553.283	107.692	4.660.975	3.365.205	48.848	3.414.051	3.414.051
Contas a receber	5	13.598.203	787.322	14.385.525	11.769.185	461.232	12.230.415	Obrigações trabalhistas e tributárias	11	3.878.603	334.389	4.212.992	3.392.579	372.716	3.765.295	3.765.295
Estoques	6	30.508.926	-	30.508.926	31.918.671	-	31.918.671	Adiantamentos de clientes	12	20.387.109	212.763	20.599.872	23.403.864	81.920	23.485.784	23.485.784
Adiantamentos	-	1.547.877	24.291	1.572.168	688.132	338.618	1.026.750	Direitos autorais a pagar	-	1.413.282	-	1.413.282	1.210.037	-	1.210.037	1.210.037
Outros créditos	-	610.816	634.551	1.245.367	462.525	269.177	731.502	Outras contas a pagar	-	1.218.671	1.630.304	2.848.975	1.172.255	12.460	1.184.713	1.184.713
Total do ativo circulante		197.755.197	1.836.535	199.591.732	180.861.139	1.242.655	182.103.794	Total do passivo circulante		31.450.948	2.285.148	33.736.096	32.545.744	515.944	33.061.688	
Não circulante								Não circulante								
Depósitos judiciais	13	1.736.993	-	1.736.993	1.517.771	-	1.517.771	Provisão para demandas judiciais	15	115.000	-	115.000	475.218	-	475.218	475.218
Outros créditos	-	335.360	-	335.360	335.360	-	335.360	Total do passivo não circulante		115.000	-	115.000	475.218	-	475.218	
Imobilizado	7	55.233.652	11.509.584	66.743.236	56.587.737	11.532.987	67.720.724	Patrimônio social	14	264.743.516	(46.225.838)	218.517.678	241.762.730	(41.978.790)	199.783.940	199.783.940
Intangível	8	152.880	134.131	287.011	193.869	183.066	376.935	Superávit Exercício	-	20.572.605	(4.247.047)	16.325.558	22.456.885	(3.723.145)	18.733.738	18.733.738
Total do ativo não circulante		57.458.885	11.643.715	69.102.600	58.434.737	11.516.053	69.950.790	Total do Patrimônio social		285.316.121	(50.472.885)	234.843.236	264.219.613	(45.701.935)	218.517.678	
Total do ativo		255.214.082	13.480.250	268.694.332	239.295.876	12.758.708	252.054.584	Total do passivo		316.882.069	(48.187.737)	268.694.332	297.240.575	(45.185.991)	252.054.584	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

Fonte de Geração de Recursos	Notas	2017			2016		
		Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Receita Líquida	15	109.487.086	10.404.956	119.892.042	107.329.525	8.423.395	115.752.918
(-) Custos Serviços / Mercadorias Vendidas		(56.787.984)	(7.246.120)	(44.034.104)	(55.492.020)	(7.116.310)	(42.608.330)
(-) Custos dos Serviços Educacionais		-	(7.246.120)	(7.246.120)	-	-	-
(-) Custos Mercadoria / Produtos Vendidos		(31.955.054)	-	(31.955.054)	(31.105.003)	-	(31.105.003)
(-) Custos de Industrialização		(4.832.930)	-	(4.832.930)	(4.387.017)	-	(4.387.017)
(=) Superávit / Déficit Bruto		72.699.102	3.158.836	75.857.938	71.837.505	1.307.083	73.144.588
(-) Despesas / Receitas Operacionais		(42.122.199)	(7.405.883)	(49.528.082)	(40.781.889)	(5.030.228)	(45.812.117)
(-) Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais	18	(55.465.115)	(7.377.958)	(62.843.073)	(57.666.132)	(5.260.207)	(62.926.339)
(-) Despesas Tributárias	-	(768.878)	(103.323)	(872.201)	(770.011)	(111.587)	(881.598)
(-) Despesas Financeiras	16	(1.077.112)	(369.414)	(1.446.526)	(1.582.822)	(166.018)	(1.748.840)
(+) Receitas Financeiras	17	13.117.815	86.693	13.204.508	16.382.996	72.577	16.455.573
(+) Outras Receitas / (Outras Despesas) Operacionais	19	2.071.091	358.119	2.429.210	2.854.080	435.007	3.289.087
Projetos							
(-) Projetos de Assistência Social		(10.004.298)	-	(10.004.298)	(8.598.733)	-	(8.598.733)
(-) Projeto Social - Assessoramento Defesa e Garantia de Direito		(6.652.154)	-	(6.652.154)	(5.209.575)	-	(5.209.575)
(-) Projeto Social - Atendimento: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		(1.852.734)	-	(1.852.734)	(1.956.616)	-	(1.956.616)
(-) Administração dos Programas, Projetos e Serviços Socioassistenciais		(1.499.410)	-	(1.499.410)	(1.432.542)	-	(1.432.542)
Superávit / Déficit Operacional		20.572.605	(4.247.047)	16.325.558	22.456.883	(3.723.145)	18.733.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2016	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Incorporação Superávit do exercício anterior	24.745.449	(24.745.449)	-
Superávit do exercício	-	-	18.733.738
Saldo em 31 de dezembro de 2017	199.783.940	18.733.738	218.517.678
Incorporação Superávit do exercício anterior	18.733.738	(18.733.738)	-
Superávit do exercício	-	-	16.325.558
Saldo em 31 de dezembro de 2017	218.517.678	16.325.558	234.843.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Pia Sociedade de São Paulo – PAULUS é uma entidade beneficente de assistência social e educacional, fundada em 20 de agosto de 1931, em São Paulo. Estruturada, com propostas bem definidas e alinhadas às políticas governamentais, a Entidade atualmente dedica-se ao planejamento estratégico, monitoramento e ao controle a curto, médio e longo prazo de suas ações socioassistenciais e educacionais para que, consoante à legislação vigente, cumpra com seu objeto social. As atividades socioassistenciais consistem no atendimento, gratuito, contínuo, permanente e planejado de crianças e adolescentes através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme Resolução CNAS 109 de 11.11.2009; através de capacitações e formações continuadas (assessoramento) para o fortalecimento de movimentos sociais, organizações de assistência social, usuários e lideranças comunitárias; através do acesso ao saber e do conhecimento (Defesa e Garantia de Direitos) como pressuposto da inclusão social, conforme Resolução CNAS 027 de 19.09.2011. As atividades educacionais consistem no atendimento de jovens e adultos por meio da concessão de bolsas de estudo (ensino superior) integral e parcial, conforme Lei nº 11.096 de 13.01.2005, Prouni. A PAULUS coloca sua estrutura física e administrativa (gráfica, editoria, livrarias, faculdade e outros) a serviço da Política Nacional de Assistência Social, Educação e da sociedade brasileira. Na quantificação, os valores efetivamente dispendidos nas atividades assistenciais e educacionais correspondem a uma proporção, significativamente, superior à exigência legal.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em assembleia geral ordinária realizada em 14 de março de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Base de apresentação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucro, as quais estão previstas na Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12. Naquelles aspectos não abordados pela ITG 2002, foram observadas as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábil (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas. As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2017 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Entidade. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2018 ou após, especificamente em relação ao CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a Entidade está avaliando sua aplicação e seus impactos nas Demonstrações Financeiras.

2.2. Principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras

2.2.1. Apuração do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o Regime de Competência.
As receitas são reconhecidas se há certeza da sua realização e se for provável que benefícios econômicos fluirão para a Entidade. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando for realizado o serviço, e as receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos, controle, responsabilidade e benefícios do produto são transferidos ao comprador.

2.2.2. Metodologia de Segregação
A partir desse exercício a instituição adotou nova metodologia de segregação nas demonstrações alinhando-as melhor às finalidades estatutárias. Assim, manteve-se a segregação educacional e, como todas as demais finalidades são de caráter social, adotou-se a terminologia "Social" na coluna do DRE.

2.2.3. Uso de estimativas
As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em avaliações objetivas e estimadas, com base na definição da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de custo amortizado, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Administração avalia por meio de monitoramento e revisa anualmente as estimativas referidas acima e suas premissas.

2.2.4. Mensuração do Trabalho Voluntário
A mensuração do trabalho voluntário dos membros, dirigentes estatutários, para fins de atendimento ao disposto na ITG 2002-R1 de 21 de agosto de 2015, é feita com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base na remuneração da Filantropia - Lei 12.868/13, que admite a remuneração de dirigentes no limite de cinco diretores, com remuneração limitada a 70% do maior salário do Poder Executivo Federal. O valor do trabalho voluntário é registrado na receita e despesa, ou segmento, dependendo da área de atuação do voluntário.

2.2.5. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras
A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.2.6. Caixa e equivalentes de caixa
Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento.

2.2.7. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são compostos pelas aplicações financeiras, que em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Estas aplicações financeiras estão com rendimentos reconhecidos até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado.

2.2.8. Contas a receber
Os valores de clientes são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

2.2.9. Estoques
São avaliados ao custo médio de aquisição ou de fabricação, que não excede o valor de realização ou reposição. As provisões para perdas ou obsolescência são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.2.10. Imobilizado
O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7.
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

2.2.11. Avaliação do valor recuperável de ativos
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.12. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorrerá nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor

estimativa da Administração, a Entidade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.2.14. Ativos e passivos contingentes
As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

2.2.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
A Entidade possui imunidade do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme disposição expressa na legislação vigente.

2.2.16. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Caixa geral	383.199	2.274	385.473	303.058	3.138	306.196
Bancos - conta movimento	382.790	-	382.790	297.708	-	297.708
Créditos - Fies	-	388.097	388.097	-	170.490	170.490
Total	765.989	390.371	1.156.360	600.766	173.628	774.394

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Fundos de investimento	10.665.011	-	10.665.011	9.698.494	-	9.698.494
CDs	140.058.375	-	140.058.375	125.723.568	-	125.723.568
Total	150.723.386	-	150.723.386	135.422.062	-	135.422.062

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de renda fixa e títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que buscam rendimentos próximos ao CDI.

6. ESTOQUES

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Produtos acabados e mercadorias – Centro de Distribuição	13.558.353	-	13.558.353	13.902.951	-	13.902.951
Produtos acabados – Lojas	3.207.137	-	3.207.137	3.173.040	-	3.173.040
Mercadorias adquiridas de terceiros – Lojas	6.902.561	-	6.902.561	6.802.943	-	6.802.943
Mercadorias em transito / em poder de terceiros / feiras	307.015	-	307.015	228.337	-	228.337
Produtos em elaboração	929.711	-	929.711	767.478	-	767.478
Matérias-primas	6.888.013	-	6.888.013	8.113.118	-	8.113.118
Outros	61.804	-	61.804	86.596	-	86.596
Provisão para perdas	(1.345.668)	-	(1.345.668)	(1.155.792)	-	(1.155.792)
Total	30.508.926	-	30.508.926	31.918.671	-	31.918.671

7. IMOBILIZADO

Descrição	% Taxa Anual	Social				2017	2016	Adições	Baixas	Transf.	2017	2016	Adições	Baixas	Transf.	2017	2016	Total-2017
		2016	Adições	Baixas	Transf.													
Terrenos	-	16.415.809	-	-	-	16.415.809	-	-	-	-	16.415.809	-	-	-	-	-	-	16.415.809
Edificações	2 a 4	47.766.659	27.934	(8.414)	732.382	48.518.561	18.094.959	(21.860)	-	-	18.073.099	66.591.660	-	-	-	-	-	66.591.660
Móveis e Utensílios	10	4.564.287	405.023	(43.374)	231.871	5.157.807	857.058	14.611	420	-	872.089	6.029.896	-	-	-	-	-	6.029.896
Equipamentos de informática	20	419.298	147.188	(173.290)	326	4.167.210	1.372.480	30.987	(1.169)	45.436	1.447.734	5.614.944	-	-	-	-	-	5

10. EDUCADORES

Representado por:

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Nacional	4.414.031	107.692	4.521.723	3.190.860	48.848	3.239.708
Exterior	139.252	-	139.252	174.343	-	174.343
Total	4.553.283	107.692	4.660.975	3.365.203	48.848	3.414.051

O saldo de fornecedores do exterior refere-se à aquisição de livros para revenda.

Descrição	Nacional - 2017			Exterior - 2017		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
A vencer						
Em até 30 dias	2.972.953	99.064	3.072.017	139.252	-	139.252
De 31 a 120 dias	1.394.952	8.628	1.403.580	-	-	-
De 121 a 360 dias	46.126	-	46.126	-	-	-
Total	4.414.031	107.692	4.521.723	139.252	-	139.252

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Representado por:

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Obrigações trabalhistas						
Previdenciárias – FGTS (1) / INSS (2)	493.076	100.882	593.958	449.260	86.637	535.897
Provisão – férias, 13ª e encargos	2.613.733	76.535	2.690.268	2.163.956	104.189	2.268.145
IRRF (3) sobre salários	287.646	143.584	431.230	248.935	161.525	410.458
Outros	46.913	4.366	51.279	49.520	11.667	61.187
Subtotal	3.441.368	325.367	3.766.735	2.911.671	364.016	3.275.687
Obrigações tributárias						
Federais – IPI / PIS (4) / COFINS (5) / IRRF (3) / CSLL (6) sobre terceiros	83.482	4.142	87.624	91.384	4.017	95.401
Estaduais – ICMS (7) a recolher	313.078	-	313.078	356.163	-	356.163
Municipais – ISS (8) a recolher	7148	773	7.921	6.036	827	6.863
Outros	33.527	4.107	37.634	27.325	3.856	31.181
Subtotal	437.235	9.022	446.257	480.908	8.700	489.608
Total	3.878.603	334.389	4.212.992	3.392.579	372.716	3.765.295

- (1) Fundo de Garantia do Trabalhador Social (FGTS);
- (2) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS);
- (3) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);
- (4) Programa de Integração Social (PIS);
- (5) Contribuição Social para Seguridade Social (COFINS);
- (6) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL);
- (7) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- (8) Imposto Sobre Serviço (ISS).

12. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Representado por:

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Adiantamento de clientes por assinaturas	19.979.791	-	19.979.791	23.082.244	-	23.082.244
Adiantamento de clientes periódicos e outros	407.318	212.763	620.081	321.620	81.920	403.540
Total	20.387.109	212.763	20.599.872	23.403.864	81.920	23.485.784

Os saldos de adiantamento de clientes referem-se aos valores recebidos de assinaturas e periódicos para os quais ainda não foram entregues as respectivas mercadorias.

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Depósitos judiciais
Em cumprimento ao pactuado no Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda do imóvel localizado na Rua Raposo Tavares, km 18.5 e devido à imunidade tributária da Entidade, foram efetuados depósitos judiciais em março e abril de 2002 para a garantia dos juízos das ações que discutem com a Prefeitura do Município de São Paulo a legalidade da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – incidente no imóvel referente ao período anterior à alienação ocorrida em 2002, para os quais foram considerados como estimativa de perda remota pelo advogado responsável pela defesa da entidade nessas ações.
A Entidade também é parte em ações judiciais perante tribunais decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão desses processos, os quais totalizam em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os seguintes valores:

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Depósitos judiciais cíveis	694.450	-	694.450	694.450	-	694.450
Depósitos judiciais trabalhistas	91.303	-	91.303	25.826	-	25.826
Depósitos judiciais fiscais	951.240	-	951.240	797.495	-	797.495
Total	1.736.993	-	1.736.993	1.517.771	-	1.517.771

Provisão para demandas judiciais

A Entidade, com base em informações de seus advogados, na análise das demandas judiciais, com probabilidade de perda classificada como provável, constituiu provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, conforme relacionamos a seguir:

	Provisão trabalhista	Provisão cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	475.218	-	475.218
Adições – provisões	-	-	-
Baixas	-	360.218	360.218
Saldo em 31 de dezembro de 2017	115.000	-	115.000

Ainda com base em informações de seus advogados, os processos trabalhistas com probabilidade de perda possível somam R\$ 739.188,06.

14. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio social da Entidade é formado pelos resultados acumulados desde a data de sua fundação, em 20/08/1931. O saldo da conta superávit acumulado será incorporado ao Patrimônio Social por deliberação da Assembleia Geral.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Fonte de Geração de Recursos						
Receita Bruta	114.069.438	20.648.132	134.717.570	111.644.421	16.794.068	128.438.489
(+) Serviços Educacionais Ensino Superior com ProUni (Lei No. 11.096/05)	-	7.095.924	7.095.924	-	7.107.572	7.107.572
(+) Serviços Educacionais Ensino Superior sem ProUni (Lei No. 11.096/05)	-	13.552.208	13.552.208	-	9.686.496	9.686.496
(+) Receita com industrialização	5.022.345	-	5.022.345	4.420.134	-	4.420.134
(+) Receita com vendas	109.047.093	-	109.047.093	107.224.287	-	107.224.287
(-) Deduções:	(4.582.352)	(5.147.251)	(9.729.603)	(4.314.896)	(1.263.103)	(5.577.999)
(-) Descontos Incondicionais	-	(3.120.359)	(3.120.359)	-	(1.223.229)	(1.223.229)
(-) Devoluções Matrículas/Mensalidades	-	(26.892)	(26.892)	-	(39.874)	(39.874)
(-) Devoluções	(1.666.224)	-	(1.666.224)	(1.525.472)	-	(1.525.472)
(-) ICMS s/ Vendas	(2.916.128)	-	(2.916.128)	(2.789.424)	-	(2.789.424)
(-) Bolsas - Serviços Educacionais	-	(7.095.925)	(7.095.925)	-	(7.107.572)	(7.107.572)
(-) Bolsas Parciais-50% - (Lei 11.096/05) - Ensino Superior	-	(5.083.040)	(5.083.040)	-	(5.123.925)	(5.123.925)
(-) Bolsas Integrais-100% - (Lei 11.096/05) - Ensino Superior	-	(2.012.885)	(2.012.885)	-	(1.983.647)	(1.983.647)
Receita Líquida	109.487.086	10.404.956	119.892.042	107.329.525	8.423.393	115.752.918

16. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Descontos concedidos	576.444	339.647	916.091	580.490	153.360	733.850
Juros Passivos	2.165	58	2.223	22.794	-	22.794
Variação cambial passiva	41.204	8.035	49.239	539.594	-	539.594
Despesas Bancárias	438.301	21.674	459.975	439.584	12.379	451.963
Total	1.077.112	369.414	1.446.526	1.582.822	166.018	1.748.840

17. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Variação cambial ativa	45.527	-	45.527	50.602	-	50.602
Juros	213.557	86.638	299.995	189.409	72.462	261.871
Rendimento de aplicações financeiras	12.838.680	-	12.838.680	16.093.035	-	16.093.035
Descontos obtidos	20.251	55	20.306	49.950	115	50.065
Total	13.117.815	86.693	13.204.508	16.382.996	72.577	16.455.573

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS, COMERCIAIS E GERAIS

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Salários e encargos	30.194.140	3.956.271	34.150.411	29.899.115	1.953.041	31.852.156
Despesas comerciais	10.669.142	274.144	10.943.286	10.798.446	372.902	11.171.348
Despesas com divulgação	2.801.818	711.385	3.513.203	2.600.394	186.138	2.786.532
Despesas com insumos	2.803.256	302.726	3.105.982	2.885.097	294.155	3.179.252
Despesas gerais e com funcionamento	7.897.951	411.031	8.308.982	7.979.223	435.565	8.414.788
Despesa com trabalho voluntário	1.382.594	153.622	1.536.216	1.382.594	153.622	1.536.216
Despesas com manutenção	2.657.112	469.968	3.127.080	2.992.739	260.549	3.253.288
Despesas com serviços gerais P.F	107.161	28.128	135.289	135.887	33.931	169.818
Despesas com serviços gerais P.J	1.725.541	479.488	2.205.029	1.626.131	547.067	2.173.198
Despesas com seguros	280.715	39.611	320.326	326.559	38.981	365.540
Despesas depreciação	3.225.102	625.289	3.850.391	3.647.680	1.001.889	4.649.569
Reversão de valores para custo dos produtos vendidos e destinação aos projetos sociais	(8.279.417)	(73.705)	(8.353.122)	(6.605.732)	(17.633)	(6.623.366)
Total	55.465.115	7.377.958	62.843.073	57.666.133	5.260.207	62.926.339

LUIZ MIGUEL DUARTE – Presidente

DARCI LUIZ MARIN – Tesoureiro

VANESSA KELLI PERES DAS CHAGAS – Contadora – CRC ISP 227.172/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Aos Diretores da PIA Sociedade de São Paulo)

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da PIA Sociedade de São Paulo (Entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PIA Sociedade de São Paulo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

19. OUTRAS (DESPESAS) / RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2017			2016		
	Social	Educacional	Total	Social	Educacional	Total
Perdas com alienação ou baixa de ativo imobilizado	(6.156)	(550)	(6.706)	(76.200)	-	(76.200)
Ganhos com alienação ou baixa de ativo imobilizado	284.500	-	284.500	1.142.589	-	1.142.589
Receitas com aluguéis / locação	1.074.370	205.047	1.279.417	996.275	281.125	1.277.400
Receitas de seguros (sinistros)	4.182	-	4.182	5.979	-	5.979
Receitas com direitos autorais	20.571	-	20.571	36.781	-	36.781
Recebimento de contribuições esporádicas / doações	99.742	-	99.742	96.851	-	96.851
Receitas decorrentes de operações comerciais com clientes e produtos	121.543	-	121.543	143.936	-	143.936
Recuperações de despesas operacionais	262.989	-	262.989	49.652	260	49.912
Receitas com trabalho voluntário	1.382.595	153.622	1.536.217	1.382.594	153.622	1.536.216
Reversão / (Provisão) perda em estoque constituídas no período de apuração imediatamente anterior	(1.175.245)	-	(1.175.245)	(924.577)	-	(924.577)
Total	2.071.091	358.119	2.429.210	2.854.080	435.007	3.289.087

20. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Membros da Diretoria	74.447
Membros Conselho Fiscal	43.723
Valor Total Mensal	118.171
Valor Total Anual - Exercício 2017	1.536.216

21. SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, está demonstrada a seguir.

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada (R\$ aproximado)
Empresarial	Danos materiais causados por incêndio, explosão, fumaça, danos elétricos, subtração de bens, responsabilidade civil e assegura a perda do aluguel.	106.605.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras; consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se as operações de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e à captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**
Os saldos mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado substancialmente similares aos saldos contábeis.
- Empréstimos e financiamentos**
Os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são substancialmente similares aos dos saldos contábeis e refletem o saldo para quitação na data do balanço.
- Contas a receber e adiantamento de clientes**
Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado nas datas de encerramento dos exercícios, considerando-se a sua natureza e seus prazos de vencimento.

22.1. Avaliação de riscos

a) Risco de crédito

A Entidade não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

b) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Entidade possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

c) Gestão de risco de capital

A Entidade, ao administrar o risco de capital observa investimentos em aplicações com o menor risco e com a liquidez em conformidade com a operacionalização da missão institucional. Os objetivos da Entidade são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, no que se refere aos programas sociais, cumprimento de obrigações assumidas, provisões judiciais e trabalhistas e, em particular, com o alto volume de recebimentos antecipados de assinaturas periódicas. A instituição mantém gestão preventiva, com reserva de capital para gerir seu fluxo de caixa no intuito de não depender de empréstimos.

d) Operações com instrumentos derivativos

A Entidade não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2017 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

23. FAPCOM – FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

A Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM, instituição de ensino superior, fundada em 31 de outubro de 2005, nasceu para ser uma referência na área de Comunicação Social. É mantida pela Pia Sociedade de São Paulo, que contribui para a sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira desta Instituição Educacional. A FAPCOM tem como missão promover o ser humano por meio de uma formação integrada às áreas de Comunicação, Filosofia e Tecnologia, com sólidos conhecimentos teóricos e práticos, para atuar no mundo do trabalho com profissionalismo, ética e responsabilidade social. Para isso conta com os cursos de graduação em Jornalismo: Rádio, Televisão e Internet; Publicidade e Propaganda; Relações Públicas; Filosofia (bacharelado e licenciatura), Multimídia, Fotografia e Produção Audiovisual; além de cursos livres e cursos de extensão.

Uma das funções básicas de Ensino, Práticas Investigativas e Extensão,